



PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE HISTÓRIA DO ENSINO DE INGLÊS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA

Joana Dark Izaias Ramos (UEMS)¹

Estela Natalina Mantovani Bertoletti (UEMS)²

Introdução

O presente texto tem como objetivo apresentar resultados parciais de dissertação de Mestrado, desenvolvida junto a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba/MS, no sentido de contribuir para a história das disciplinas escolares, já que o propósito da pesquisa é colaborar para a constituição desse campo no que diz respeito à investigação da história da disciplina Inglês nas escolas públicas brasileiras.

Sobre a história da disciplina Inglês, com o propósito de realizar um levantamento de produções acadêmicas sobre o tema, foram analisados os seguintes suportes: *Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)*; CNPQ – Grupo de Pesquisa: *A Ação Colaborativa e as Tarefas Pedagógicas no Ensino e na Aprendizagem de LE*; Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); *Revista História do Ensino de Línguas no Brasil (HELB)*; Domínio Público: *Crenças no Ensino-Aprendizagem de Inglês*; Google Acadêmico e Biblioteca Digital UNICAMP (IEL).

Para esse levantamento, utilizei em minha busca termos como “história da disciplina Inglês”, “história do ensino de Inglês” e “ensino de Inglês no Brasil”, com o objetivo de levantar o que já foi produzido com relação aos temas. Com o descritor “história da disciplina Inglês”, encontrei os seguintes trabalhos: Lima e Camargo (2010); Machado, Campos e

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Professora Coordenadora de Inglês do Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino – Região de Jales.

² Pós-doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011); pós-doutora em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). É coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Paranaíba, e professora da mesma instituição, atuando no curso de Pedagogia, especialização em Educação e mestrado em Educação.

Sanders (2007). Utilizando o descritor “história do ensino de Inglês”, encontrei o trabalho: Oliveira (1999). Ao fazer a busca por meio do descritor “ensino de Inglês” pude encontrar: Celani (2001); Rahe (2006); Leffa (2012). Apresento, a seguir, um resumo dos trabalhos encontrados que mais se aproximam do tema da pesquisa em andamento e as respectivas contribuições para esse estudo; na sequência, conceituo o campo da história das disciplinas escolares como possibilidade para o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema história do ensino de Inglês no Brasil.

1. Pesquisas analisadas e respectivos temas

Embora tenham sido utilizados, na busca, descritores como “história da disciplina Inglês”, “história do ensino de Inglês” e “ensino de Inglês no Brasil”, entre os trabalhos analisados, prevalecem os temas “história da disciplina Inglês” e “perfil do professor de Inglês”. Foram analisados seis trabalhos, dos quais, três têm como tema “História da disciplina”, sendo dois artigos científicos e uma dissertação e, três com o tema “Perfil do professor”. Destes, também dois artigos científicos e uma dissertação, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Classificação das produções acadêmicas analisadas

Tema abordado	Quantidade	Produção acadêmica
História da disciplina	02	Artigo Científico
História da disciplina	01	Dissertação
Perfil do professor	02	Artigo Científico
Perfil do professor	01	Dissertação

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2017).

A partir da análise do Quadro 1, percebe-se que existem poucas produções acadêmicas sobre a disciplina Inglês; nisso reside a importância da investigação, como forma de colaborar para a constituição da história dessa disciplina no contexto brasileiro.

O artigo *Breve trajetória da Língua Inglesa e do livro didático de Inglês no Brasil*, de Gislaíne Lima e Gladys Quevedo-Camargo (2010), faz parte de uma série de pesquisas desenvolvidas dentro do Projeto de Pesquisa e Certificação para professores de Inglês: em Busca de Modelos e Parâmetros, coordenada por Gladys Quevedo Camargo, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina, em 2010. O referido trabalho apresenta um histórico da Língua Inglesa no Brasil e a trajetória do livro didático de Inglês, os

primeiros livros, os documentos oficiais sobre o ensino de Inglês, o primeiro contato da colônia portuguesa com o idioma, suas influências, as finalidades de uso, o caminho percorrido desde o tempo imperial até alcançar seu status atual. Lima e Camargo (2010) apresentam, ainda, as determinações governamentais, suas influências no ensino de línguas, as metodologias aplicadas para a aquisição da língua inglesa, os documentos oficiais que determinam os rumos tomados pelo ensino de Inglês no Brasil, suas dificuldades no ensino público e a necessidade de criar outras instituições de ensino de línguas como os institutos de idiomas franqueados e os cursos livres, os primeiros sistemas de ensino geridos pelos jesuítas, como eram adquiridos os livros usados nestes sistemas, de onde eram originados os primeiros livros impressos no Brasil e, mais tarde, as primeiras edições feitas em território nacional. De acordo com as autoras: “A língua inglesa era difundida como necessidade estratégica para contrabalançar o prestígio internacional da Alemanha devido à imigração alemã ocorrida no século anterior” (SHÜTZ, 1999, apud LIMA; CAMARGO, 2010).

O artigo *História do Ensino de Línguas no Brasil: avanços e retrocessos*, de Rachel Machado, Ticiane de Campos e Maria do Carmo Saunders (2007), publicado na revista *História do Ensino de Línguas no Brasil (HELB)*, do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Brasília (UnB), analisa a história do ensino de línguas no Brasil, observando os aspectos resultantes do que consideram avanços e retrocessos deste percurso. Para tal, os autores destacam importantes momentos da legislação educacional brasileira como a Reforma Francisco de Campos, em 1931, a Reforma Capanema, em 1942, e a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961. Por meio de pesquisa bibliográfica, de caráter histórico, são apresentadas questões prementes no que concerne à história de línguas no país, observando ao final, que existe, ainda que tímida, uma crescente atenção dispensada às línguas estrangeiras.

De acordo com as autoras, a falta de obrigatoriedade do ensino de línguas nas escolas, formalmente colocada na LDB de 1961, que admitia a escolha das matérias optativas para o ensino secundário de preferência dos estabelecimentos, foi um retrocesso para o desenvolvimento do ensino de língua estrangeira no Brasil. Apesar de todos os setores da sociedade reconhecerem a importância do ensino de língua estrangeira, as políticas educacionais não asseguraram uma inserção de qualidade desse ensino nas escolas. Em busca dessa qualidade, as classes privilegiadas sempre procuraram garantir a aprendizagem de línguas nas escolas de idiomas ou com professores particulares, mas os menos favorecidos

economicamente continuaram à margem desse conhecimento e habilidades de uso correspondentes (MACHADO; CAMPOS; SANDERS, 2007).

Para as autoras, em um contexto geral, o surgimento de um grande projeto político voltado para a unificação dos países europeus, inicialmente conhecido como Mercado Comum Europeu, marcado pela diversidade linguística e pela consequente necessidade de se aprenderem e ensinarem línguas vizinhas, deu enorme alento à questão da inovação do ensino de línguas. As pessoas começavam a questionar sobre os resultados do ensino tradicional das línguas, devido aos esforços e somas de investimentos gerando resultados muito menores do que se podia esperar. No Brasil, este questionamento também persiste, gerando na década seguinte cursos de pós-graduação para condução de pesquisas aplicadas e o Movimento Comunicativista, que apresenta uma nova forma de ensinar e aprender línguas (MACHADO; CAMPOS; SAUNDERS, 2007).

A dissertação *A historiografia da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1851 – 1951)*, de Luiz Eduardo Meneses de Oliveira (1999), apresentada ao curso de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Prof^a Dra. Marisa Philbert Lajolo, em 1999, aborda, mais especificamente no segundo capítulo, o levantamento, seleção crítica dos livros de história da literatura inglesa produzidos no Brasil relacionados com o processo de institucionalização do ensino no país. O período analisado, bem como o grau de ensino abordado, abrange desde a criação da primeira cadeira de inglês – pelo Decreto de 22 de junho de 1809, assinado por D. João VI –, passando pelas reformas do Império – quando foi fundado o primeiro estabelecimento oficial de estudos secundários (O Colégio de Pedro II, em 1837) e instituído o ensino de literatura (nacional e estrangeiras) – e da Primeira República, até a supressão definitiva do ensino da literatura inglesa do currículo dos estudos secundários brasileiros, em 1951, pela Portaria n.º 614, de 10 de maio, assinada pelo Ministro Simões Filho. Trata-se de uma narrativa baseada nos dados fornecidos pela legislação federal referente às disciplinas em questão (Inglês e Literatura Inglesa). São inseridas algumas informações a respeito do contexto educacional em Sergipe, com o fim de exemplificar o modo pelo qual as normas eram absorvidas – ou rejeitadas – pela legislação estadual, nesse caso particular. Em seu texto, o autor apresenta, ainda, a entrada da disciplina Inglês no Brasil em 1809 e as mudanças pelas quais a disciplina passou baseado na legislação federal e o tratamento dado ao livro didático de Inglês dentro do período analisado.

O artigo Ensino de línguas estrangeiras: ocupação ou profissão, de Maria Antonieta Alba Celani (2001), publicado no livro *O Professor de Línguas - Construindo a profissão*, organizado por Vilson José Leffa, trata do perfil do educador do ensino de línguas, tomando dois pontos no tempo como referências para suas considerações: 1955 e 1979. A autora considerou o ano 1955 como um marco, porque foi o ano da publicação do documento *Modern Language Association of America*, sobre as qualificações dos professores de línguas modernas para a escola secundária americana e, 1979 por ser uma data que diz respeito à data do I Seminário Nacional para Professores Universitários de Língua Inglesa, onde, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), entre outras coisas, discutiu-se a questão do perfil do professor universitário de uma língua estrangeira (CELANI, 2001).

Celani (2001) reflete sobre os significados dos termos ocupação e profissão relacionados à função do professor de Língua Inglesa. A autora apresenta, assim, os termos, do Novo Dicionário Aurélio (apud CELANI, 2001): “Ocupação – ofício, trabalho, emprego, serviço; Profissão - atividade ou ocupação especializada, da qual se podem tirar os meios de subsistência”. Segundo a autora, esta visão da construção do profissionalismo tem implicações sérias para a formação do profissional da educação. É o segundo tipo de profissionalismo apontado por Burnet (1994, apud CELANI, 2001) que está em jogo. A visão positivista aborda a atividade profissional em geral como consistindo da resolução de problemas dentro de um arcabouço tornado rigoroso pela aplicação da teoria científica e da técnica (SCHÖN, 1983, p. 21 apud CELANI, 2001), sendo esse conceito considerado como de treinamento. De acordo com a autora, o pressuposto técnico-racionalista que subjaz a essa visão é que técnicas são aplicáveis universalmente a qualquer contexto de ensino-aprendizagem e, uma vez adquiridas por meio de treinamento, podem ser aplicadas com êxito em qualquer situação (CELANI, 2001). Para a autora, o professor de língua estrangeira é, antes de tudo, um educador, portanto, tudo o que se aplica ao educador também se aplica a ele, uma vez que não é um técnico que possui os segredos das técnicas, das “dicas” consideradas mais eficazes para se ensinar uma língua que não seja a sua primeira. Ainda, a autora afirma textualmente que o professor de língua estrangeira é um profissional, sim, que atua em uma área com características próprias, que fogem às das demais áreas nas quais se situam outras profissões.

Celani (2001) apresenta em seu estudo um breve histórico do que poderíamos chamar do desenvolvimento da profissão, apoiado em Howatt (1984). A autora toma como referência

sua visão do que é profissão, apresentando as abordagens de ensino de Língua estrangeira ao longo do tempo, além de outros elementos relacionados ao tema. Apresenta, ainda, algumas reflexões acerca do perfil ideal de professor de Língua Inglesa para atender às necessidades dos diferentes tipos de aprendizes.

A dissertação *A disciplina Língua Inglesa e o “Sotaque Norte-Americano”*: uma investigação da prática docente no Maria Constança (1995 – 2005), de Marta Banducci Rahe (2006), apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Professora Dra. Eurize Caldas Pessanha, apresenta a análise da disciplina em uma escola pública, a EE Maria Constança Barros Machado, em Campo Grande (MS), abordando o papel do professor de Língua Inglesa.

O referido trabalho promove uma investigação das práticas cotidianas de alguns professores no período de 1995 a 2005 e da cultura docente, bem como a análise de arquivos e documentos da escola. Foram analisados, ainda, outros aspectos, como a construção da disciplina, a formação docente, o prestígio da disciplina no contexto escolar e o uso do livro didático. A investigação de Rahe (2006) levou à compreensão da disciplina escolar enquanto produto específico da escola vinculada não só à organização administrativa e curricular, mas também aos aspectos socioculturais, envolvendo formação de hábitos e internalização de valores e a constatação de que os professores percebiam e admitiam a presença de traços culturais norte-americanos na escola e no cotidiano dos alunos, porém não pretendiam que a disciplina língua inglesa fosse um canal divulgador do seu “sotaque”. Autores como Williams, Péres-Gomez, Julia, Bourdieu, Hobsbawm e Gramsci alicerçaram as bases para esse trabalho empírico.

O artigo *Ensino de línguas: passado, presente e futuro*, de Vilson Leffa (2012), publicado na *Revista de Estudos da Linguagem* (UFMG), descreve as tendências históricas do ensino de línguas, envolvendo as mudanças na metodologia de ensino, no papel do professor e nas relações que envolvem esses elementos. Em relação à língua, o referido estudo apresenta o desenvolvimento de uma ênfase histórica no código, que posteriormente evolui para uma ênfase no sentido, e chega à ideia de uma língua como ação. Em termos de metodologia, descreve a mudança que ocorreu entre o conceito de método, visto como solução universal, para o conceito de pós-método, com ênfase no conceito de aprendizagem. Finalmente, em relação ao professor, o autor mostra como seu papel tem mudado uma vez que mudam os

conceitos de língua e de método, passando da subordinação ao método para o exercício da cidadania.

Rahe (2006), recorre a nomes reconhecidos como Tittone (1968), Harold Palmer, Otto Jespersen e Emile de Sauzé (LEFFA, 1988). Baseia-se em nomes importantes como Bloomfield, na área da Linguística, Skinner na Psicologia e Fries e Lado, na área da Linguística Aplicada. É semelhante ao que propõe Vetromille-Castro (2007, p. 211) com o conceito de professor perturbador, visto como aquele que propõe desafios e causa instabilidades, levando o aluno à atuação autônoma, e não apenas ao simples fornecimento de respostas. Pela sua relevância no ensino e aprendizagem de línguas, Leffa (2012) resume o que caracteriza o pós-método, com base nas ideias de Kumaravadivelu (2001, 2003, 2006a, 2006b). Para o autor, o método representa um sistema de prescrições elaboradas para o professor, de cima para baixo, quer partindo do paradigma científico de uma determinada época (KUHN, 2005) quer da legislação vigente, incluindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCM). (BRASIL, 2006).

Em síntese, os trabalhos de Celani (2001), Rahe (2006) e Leffa (2012) têm como tema o perfil do professor, abordando a prática docente. Celani (2001) apresenta a distinção entre profissão e ocupação, ao tratar do perfil do professor de Inglês. Considera-o como um educador, levando em conta as implicações relacionadas a esta função, além de apresentar um perfil ideal do professor de Inglês do futuro. Rahe (2006) analisa o papel do professor de Inglês, investiga as práticas cotidianas de alguns professores no período de 1995 a 2005, aborda a cultura docente e analisa alguns arquivos e documentos de uma escola pública de Campo Grande (MS), referentes ao ensino de Inglês. Leffa (2012) também aborda o papel do professor de Inglês ao refletir sobre as tendências históricas do ensino de línguas e questões relacionadas às metodologias de ensino. Já os trabalhos de Machado, Campos e Saunders (2007), Lima e Camargo (2010) e Oliveira (1999) abordam a história da disciplina Inglês, ao apresentarem o percurso percorrido por ela, tomando como base momentos importantes para a educação brasileira, os primeiros livros de Inglês e os primeiros professores de Inglês. No estudo de Oliveira (1999), o livro didático é visto como um recurso para o desenvolvimento das aulas de Inglês, e não como fonte documental para compreender a história da disciplina. Em meu estudo pretendo, por outro lado, abordarei um importante momento da educação pública paulista, que é o período que vai de 2008 a 2010, com a implementação do Currículo Oficial

do Estado de São Paulo, analisando o material didático que acompanha o Currículo de Inglês, o Caderno do Professor 8º ano do Ensino Fundamental – Ciclo II³, como forma de compreender a concepção de professor de Inglês subjacente ao Currículo.

2. O campo da História das disciplinas escolares

O levantamento inicial, de trabalhos que têm como tema o ensino de Inglês no Brasil, revela que existem poucas produções sobre o tema, portanto, novos estudos podem promover o avanço das discussões sobre essa disciplina e sobre o campo da história das disciplinas escolares, propostos pelos estudos de André Chervel (1990), Jean-Claude Forquin (1992) e Antonio Vinão (2008) pode ser uma possibilidade fértil nesse sentido. Nesse estudo, apresento, sobretudo, as contribuições de Forquin (1992) e Santos (1990) para uma reflexão sobre a história das disciplinas escolares e a relevância da proposição de pesquisa nesse campo.

Conforme afirma Burke (1992), tudo tem uma história. E o olhar para a história da disciplina Inglês no Brasil possibilita a reconstrução da imagem desta disciplina, relacionando elementos do passado aos do presente, levando em conta o relativismo cultural, a partir do qual se entende que a realidade é social ou culturalmente constituída.

Para compreender a constituição de uma disciplina é importante refletir sobre o conceito de cultura escolar, levando em conta a função da escola como transmissora de uma cultura específica como espaço de socialização e integração dos estudantes (BARROSO, 2013). Para essa reflexão é fundamental lembrar de todos os autores envolvidos no processo educacional e os respectivos papéis representados por eles no dos espaços escolares.

Segundo Forquin (1992), a partir de 1960, a sociologia recebeu *status de nobreza científica*, por meio da descrição metódica e minuciosa dos processos de interação social no interior dos estabelecimentos escolares. Para esse autor, a escola não é apenas um local onde circulam fluxos humanos, onde se travam interações sociais e relações de poder; ela é também o local, por excelência, nas sociedades modernas – de gestão e de transmissão de saberes e de símbolos. O estudo de Forquin (1992) tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de tal reflexão, apoiado nas contribuições de trabalhos realizados na França e na Grã-

³ A escolha do Caderno do Professor do 8º ano do Ensino Fundamental, a ser analisado, explica-se por conter os conteúdos que mais me agradavam enquanto professora.

Bretanha. Aborda quatro temas: os conteúdos de ensino como produtos de seleção no interior da cultura, as características da cultura escolar, os fatores sociais em jogo na organização disciplinar dos saberes escolares, a questão da estratificação dos conteúdos de ensino.

Para o autor, a função essencial da educação é a transmissão da herança cultural do passado em todas as sociedades. Segundo o mesmo autor, muitos se queixam de que os programas escolares estão atravancados de tantos elementos do passado, que a atualização necessária se choca com a lentidão e o conservadorismo e, alguns sonham com uma pedagogia “funcional”, mas isto significa não ver a memória escolar, ela também funciona sempre na base do esquecimento e os ensinamentos dispensados nas escolas não transmitem mais do que uma ínfima parte da experiência humana acumulada ao longo do tempo (FORQUIN, 1992).

Nos ensinamentos nos quais o passado não se torna objeto de uma atenção ou de uma tematização explícita (disciplinas científicas e técnicas, nas quais o saber se constrói por uma superação contínua das aquisições e por uma luta permanente contra a obsolescência), o passado pode permanecer presente, mas sob a forma implícita ou latente, incorporado em *habitus* intelectuais, em modelos de pensamento, em procedimentos operatórios considerados como naturais e evidentes, em tradições pedagógicas. Assim, a dimensão temporal da cultura pode se revestir no interior do currículo de toda espécie de graus e de modulações. Sob outro ponto de vista, a “seleção cultural escolar” não se exerce unicamente em relação a uma herança do passado, mas incide também sobre o presente, sobre aquilo que constitui num momento dado, a cultura de uma sociedade, isto é, o conjunto de saberes, das representações, das maneiras de viver que têm curso no interior desta sociedade e são suscetíveis, por isso, de dar lugar a processos de transmissão e de aprendizagem. Nem tudo aquilo que constitui uma cultura é considerado como tendo uma tal importância, e, de todo modo, dispomos de um tempo limitado; por isso uma seleção é necessária. Diferentes escolas podem fazer tipos diferentes de seleção no interior da cultura e os docentes podem ter hierarquias de prioridades divergentes, mas todos os docentes e todas as escolas fazem seleções de um tipo ou de outro no interior da cultura. (FORQUIN, 1992, p. 31).

Ainda segundo o autor, educação escolar não se limita a seleção entre os saberes e os materiais culturais disponíveis num momento numa sociedade. Deve-se levar em conta o trabalho de reorganização de reestruturação, de “transposição didática”. Nesse sentido, o trabalho de transformação do objeto em objeto de ensino considera, não apenas o estado do

conhecimento, mas também o estado do conhecente, os estados do ensinado e do ensinante, sua posição respectiva com relação ao saber e a forma institucionalizada da relação que existe entre um e outro, em tal ou qual contexto social.

E, por fim, Forquin (1992), acrescenta os imperativos propriamente institucionais, aqueles que decorrem da natureza do contexto institucional no qual se desenrolam as aprendizagens. A cultura escolar apresenta-se assim, para ele, como uma “segunda cultura” com relação à cultura de criação ou invenção, uma cultura derivada e transposta, subordinada inteiramente a uma função de mediação didática e determinada pelos imperativos que decorrem desta função, como se observa por meio destes produtos e instrumentos característicos dos programas e instruções oficiais, manuais e materiais didáticos, temas de deveres e de exercícios, controles, notas, classificações e outras formas propriamente escolares de recompensas e de sanções. O autor considera o fato de que todos os saberes ensinados nas escolas serem verdadeiramente o resultado de uma seleção e de uma transposição efetuadas a partir de um corpo cultural pré-existente, e ao mesmo tempo, considerar a escola como sendo também verdadeiramente produtora ou criadora de configurações cognitivas e de *habitus* originais que constituem de qualquer forma o elemento de uma cultura escolar *sui generis* (FORQUIN, 1992).

De acordo com Santos (1990):

A constituição dos saberes escolares específicos a cada disciplina do currículo é resultado de um processo complexo que envolve consentimentos, conflitos, diferentes tipos de mediação entre diversos sujeitos e instituições, diante dos papéis que, em cada época e sociedade, são atribuídos à escola. (SANTOS, 1990, p. 405).

Para a autora, é fundamental analisar como diferentes abordagens se articulam no interior de uma disciplina, quais os tipos de relações que elas produzem e de que tipos de relações, dentro do campo de estudo e da sociedade, elas resultam. Assim, a análise da emergência e desenvolvimento de uma disciplina deve articular o educacional ao social e lidar com complexas relações existentes entre esses dois níveis. (SANTOS, 1990).

Considerações Finais

As investigações no campo da história das disciplinas escolares objetivam a explicação das transformações ocorridas em uma disciplina ao longo do tempo. Por meio dessas investigações, torna-se possível identificar os fatores mais diretamente ligados às

mudanças de conteúdo e métodos de ensino, possibilitando a articulação de propostas mais consistentes de alteração ou implementação de mudanças curriculares. As mudanças em uma disciplina, ou conteúdo escolar, são condicionadas por fatores internos e externos, que devem ser analisados dentro de uma perspectiva sócio-histórica. (SANTOS, 1990).

As reflexões sobre a disciplina Inglês, nas escolas públicas, levando em conta todos os aspectos relacionados à cultura escolar, podem conduzir à compreensão dessa disciplina e de sua relevância nos espaços escolares, bem como à compreensão do professor de Inglês que atua nessas escolas. Pelo levantamento das produções acadêmicas sobre a história da disciplina Inglês, observa-se que existem poucos trabalhos dedicados ao tema, havendo a necessidade de mais pesquisas, como forma de contribuir para o campo da história das disciplinas escolares e para a formação de professores. Espera-se, por meio desse estudo, contribuir para o conjunto das produções acadêmicas sobre a disciplina Inglês, ampliando, assim, as reflexões sobre essa disciplina em seu *status* atual nas escolas públicas brasileiras.

Referências

- BRASIL. *Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>> Acesso em: 26 maio 2017.
- BURKE, Peter (Org.). *A Nova História, seu passado, seu futuro*. In: _____. *A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes - São Paulo: Editora UNESP. 1992.
- CELANI, Maria Antonieta Alba. *Ensino de línguas estrangeiras: ocupação ou profissão*. Pontifícia Universidade Católica – SP. *O Professor de Línguas: Construindo a profissão*. EDUCAT. Pelotas, RS: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2001.
- CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. *Teoria & Educação*, p. 177-229. 1990.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais*. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 5, p. 28-49, 1992.
- LEFFA, Vilson. *Ensino de línguas: passado, presente e futuro*. Pelotas, RS: EDUCAT - Universidade Católica de Pelotas/CNPq, 2001.
- MACHADO, Raquel; CAMPOS, Ticiania; SAUNDERS, Maria do Carmo. *Linha do tempo sobre a história do ensino de línguas no Brasil*. *História do ensino de línguas no Brasil: avanços e retrocessos*. *Revista HELB – História do Ensino de Línguas no Brasil*, Brasília, DF, v.01, n.01, 2007.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo de Meneses. *A historiografia brasileira da literatura Inglesa: uma história do ensino de Inglês no Brasil (1809 – 1951)*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 1999.
- RAHE, Marta Banducci. *A disciplina Língua Inglesa e o “Sotaque Norte-Americano”*: uma investigação das práticas docentes no Maria Constança (1955 - 2005). UFMS, Campo Grande, MS. 2006.
- SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. *História das disciplinas escolares: perspectivas de análise*. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.02, p. 21-29, 1990.

VINÃO, Antonio. A história das disciplinas escolares. Trad. Marina Fernandes Braga. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 18, p. 173-215, set/dez 2008.